

## Casos Direito:

No início de Janeiro deste ano, **António**, empresário de transportes, emprestou a **Bernardo** a quantia de € 5000,00, tendo este para o efeito emitido um recibo, segundo o qual se comprometia a devolver essa quantia passados seis meses, acrescida de juros à taxa anual de 10%, o que não fez por, alegadamente, não dispor da mesma.

Entretanto, em Abril passado, **Bernardo** recorreu aos serviços da empresa de **António** para mudar o recheio do seu consultório, dentro da cidade de Lisboa, mas verificou com espanto que os móveis foram transportados para um armazém dessa empresa, e não para o novo consultório.

Pretendendo indagar, junto de **António** a razão da sua conduta, este disse-lhe que só procederá à entrega dos móveis quando **Bernardo** procedesse ao pagamento do transporte, no montante de € 2500,00 euros, e liquidasse o empréstimo, no montante de € 5000,00, acrescidos dos juros entretanto vencidos.

**Bernardo** entende que a retenção do recheio do seu consultório é ilegal, porque:

- i) o empréstimo nem sequer era válido, por não revestir a forma exigida pela lei, pelo que «não era devedor da quantia em causa; e muito menos dos juros!»;
- ii) só teria de proceder ao pagamento do transporte, quando os móveis fossem entregues em boas condições no local de destino convencionado.

**Considerando os factos ocorridos, pondere os argumentos de António e Bernardo e refira quem tem razão.**

- i) Quanto ao primeiro ponto, Bernardo não tem razão. O empréstimo era válido e ele tinha que pagar os juros em causa. Segundo o artigo 1443, o contrato de mútuo, sendo superior a 2500 e inferior a 25 000€, apenas tem de ser assinado pelo mutuário. Ora, aqui, o Bernardo emitiu um recibo, que certamente contém a sua assinatura, logo tem de pagar o que está previsto. Ainda para mais, segundo o artigo 406, o contracto deve ser pontualmente cumprido. Aqui, António tem razão. Ainda para mais, não temos referência quanto aos montantes dos juros, logo não podemos dizer se há usura ou não. Segundo o artigo 1146, só há usura se os juros anuais excedam em 3% ou 5% os legais, conforme haja ou não garantia real.
- ii) Bernardo aqui também não tem razão. Segundo o artigo 754, o devedor que disponha de um crédito contra o seu credor goza do direito de retenção, se estando obrigado a entregar certa coisa, o seu crédito resultar de despesas feitas por causa dela. Ora aqui, António incorreu numa despesa com o transporte dos móveis, logo tem direito a reter os bens de Bernardo. Isto vem ainda mais reforçado pelo artigo 755-a, no qual nos é dito que goza do direito de retenção o transportador, sobre as coisas transportadas, pelo crédito resultante do transporte. No entanto, o que não pode acontecer é António dizer que só lhe entrega os móveis se ele pagar o mútuo, são contractos separados e isso é ilegal.

**Carmo**, famosa escritora, concluiu no final do mês de Novembro o seu último romance, publicado com o título «*Aventuras de um candidato a administrador de empresas*». Identifique e caracterize os bens jurídicos resultantes do ato de criação literária referido e explique se este pode ser qualificado como negócio jurídico.

Os bens jurídicos que são resultantes do ato de criação literária são a própria obra literária, assim como os direitos de autor inerentes a essa criação.

Quanto ao negócio jurídico: Um facto jurídico é todo o evento gerador de efeitos jurídicos.

Pode dar-se um facto jurídico strictu sensu, no qual a produção de efeitos é independente da vontade humana ou então pode dar-se um acto jurídico. Este acto jurídico pode ser simples, se os efeitos jurídicos, embora hajam manifestação de vontade humana, não era aquele que se queria produzir, ou então pode ser intencional se o indivíduo que manifestou a sua vontade queria produzir aqueles efeitos. Já o acto jurídico intencional pode ser bilateral ou unilateral. Se é Unilateral, quer dizer que só ressaí a produção de um efeito jurídico. Este acto unilateral pode ser plural, se há vários sujeitos, mas só um efeito jurídico. Será unilateral plural conjunto se os vários sujeitos manifestarem-se na mesma direcção ou disjunto se as vontades forem diferentes. No fim, só um efeito jurídico vai ser produzido. Já no acto jurídico bilateral (contracto), há vários efeitos jurídicos. Aqui, em princípio, não há negócio jurídico mas sim um acto jurídico simples, pois em princípio, a autora, quando escreveu o livro, não queria os efeitos jurídicos daí decorrentes.

O estado grave das finanças públicas exigia, de facto, medidas graves também. Não fora com certeza a primeira vez que isto sucedia no país, mas à **Inês Canto** custava-lhe anunciar a coisa já em Setembro, seis meses apenas como a primeira-ministra, a primeira mulher no país a ocupar este cargo.

Em primeiro lugar, e com o pré-texto da necessidade de uma verdadeira união nacional, anunciava a entrada imediata em vigor de um Decreto-Lei emanado pelo seu Governo que reorganizava o funcionamento do Tribunal Constitucional, que tantos entraves lhe tinha colocado ultimamente. Publicado no Diário de República a 26 de Setembro, a Inês estava irrequieta para ver o diploma em causa a produzir os seus efeitos ainda durante o mês de Setembro, reduzindo drasticamente as competências e os direitos do Tribunal.

Para além desta medida, durante a legislatura do Governo da Inês, procedeu-se à criminalização de alguns comportamentos de maior despesismo por via de alterações ao Código Penal. Com a entrada desta norma em vigor, a Inês estava à espera de conseguir fazer a justiça em relação a alguns membros dos governos anteriores que, segundo ela, “impuseram um fardo insuportável sobre o país e gerações futuras”.

Numa tentativa desesperada de acalmar os ânimes da multidão de jornalistas, garantiu que não se iria proceder à transposição do mais recente Regulamento da Comissão Europeia relativo às empresas transfronteiriças, enquanto não for garantido que as alterações em causa não iriam originar ainda mais falências das empresas nacionais.

Terminava a conferência com uma lágrima no canto do olho. Lembrava-se dos seus tempos da faculdade. Não era assim que imaginava os seus tempos da primeira-ministra na altura. Não era assim, certamente.

**i) Enuncie os vícios jurídicos dos quais padecem as medidas enunciadas pela Inês.**

**ii) Acha que, fruto dos vícios analisados na alínea anterior, poderá haver lugar à reprecinação da lei em algum dos casos enunciados? Justifique.**

**i)** Aqui, temos antes de mais, ver quais são as matérias sobre as quais se está a legislar. Interessa ver se são matérias com reserva absoluta/relativa da AG ou concorrentes com as do Governo. Assim sendo, no artigo 164 da CRP, na alínea c), é nos dito que é de reserva absoluta da AR legislar sobre a organização, funcionamento e processo do TC. Ora, aqui, foi emitido um DL sobre esta matéria. É um vício jurídico e uma inconstitucionalidade.

Quanto à criminalização de certos comportamentos, vemos no artigo 165, na alínea c, que reformas do Código Penal são matérias de reserva relativa de competência legislativa. Logo, se o Governo for autorizado pela AR, não há problema nenhum em legislar sobre isto. No entanto, o problema é que não existe a retroactividade da Lei

Penal. Segundo o artigo 29, 1 da CRP, ninguém pode ser sentenciado criminalmente se antes não existia lei que considerasse esse comportamento como censurável. Por fim, a não transposição do regulamento emanado da UE também contém um vício jurídico. Segundo o artigo 7, alínea 3, As normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que Portugal seja parte vigoram directamente na ordem interna, desde que tal se encontre estabelecido nos respectivos tratados constitutivos. Ora, um regulamento emanado da UE tem de ter aplicação directa no ordenamento de qualquer país membro, logo não se pode proceder à não transposição. Já as directivas, são comandas, que têm de ser integrados na lei do Estado Membro, mas que permitem alguma margem de manobra.

- iii) Aqui, no primeiro caso, pode haver repristinação da lei. Fala-se em repristinação quando uma lei revogada volta a vigorar por a lei revogadora ter perdido a sua vigência. No entanto, esta repristinação só existe num caso, segundo o artigo 282 da CRP. Ela só existe quando a lei revogadora é inconstitucional, algo que aconteceu com a lei que mudou o funcionamento do TC.

António teve um acidente de viação que envolveu uma outra viatura, conduzida por Beatriz, e um motociclo, conduzido por Carla, conceituada advogada. Veio a apurar-se que, no momento do acidente, António tinha excesso de álcool, incorrendo numa contraordenação grave. Na sequência do acidente e do julgamento, o tribunal determinou a obrigação do responsável e da sua companhia de seguros assegurarem:

- A) O custo da reparação dos veículos sinistrados;
- B) A indemnização a Carla, pelo custo dos tratamentos hospitalares, pelos prejuízos sofridos com o tempo em que não pôde trabalhar e como compensação pela cicatriz com que ficou no lado esquerdo da cara.
- C) Aplicar uma pena de multa a António.

António sofreu ainda uma coima e ficou inibido de conduzir por 3 meses.

- i) **Identifique as sanções e os ramos de Direito envolvidos.** ii) **Caso não fosse apurada a culpa de António, quem acha que responderia pelos danos sofridos por Carla? Que tipo de responsabilidade civil está em causa?**

- I) Aqui, há vários tipos de sanções que ocorrem. Em primeiro lugar, há uma sanção punitiva, que visa a causar sofrimento no violador da norma, seja este sofrimento de liberdade ou patrimonial. É o caso da multa. Ainda, há uma sanção reconstitutiva pois o António vai ter de pagar o custo de reparação dos veículos, para devolver ao lesado o veículo tal e qual como ele estava antes do dano ocorrer. Por outro lado, também há aqui uma sanção compensatória, pois na impossibilidade de restituir a cara tal e qual como estava, António teve de pagar os tratamentos hospitalares. Finalmente, só não há uma sanção compulsória, que visa obrigar ao cumprimento. Aqui, falamos de responsabilidade civil com dolo pois António violou ilicitamente o direito de outrem (art 483 – 1) e a indemnização que ele pagar também tem de incluir não só o prejuízo causado como os benefícios que o lesado deixou de obter em consequência da lesão (lucro cessante). Os ramos do Direito aqui envolvidos são o direito penal, direito de mera ordenação social (coima + sanção acessória: proibição de conduzir).
- II) Existem dois tipos de responsabilidade civil: Contractual (Violação de contracto) ou extra contractual (por actos ilícitos culposos, por risco, por actos lícitos). Se não fosse atribuída a culpa ao António, estaríamos num

caso de responsabilidade civil pelo risco e neste caso, quem responderia seria, segundo o artigo 506, os dois, na proporção em que o risco de cada um dos veículos houver contribuídos para os danos. Em caso de dúvida sobre este risco, pagariam os dois o mesmo.

A Inês costumava dizer que tinha dupla personalidade – uma jurídica, adquirida quando entrou na Faculdade de Direito, e outra psicológica. Esta última, segundo a Inês, também era possuída pelo Tobias – o seu gato persa que residia na sua casa em Almada e a quem pedia conselhos quando tinha de tomar as decisões mais difíceis. Por exemplo, quando soube que conseguiu entrar na licenciatura em Direito, a Inês ficou indecisa entre vender esta sua casa herdada da avó para conseguir pagar os estudos e viver confortavelmente, ou recorrer ao crédito bancário, ou então, apertar o cinto. Tempos de indecisão pairavam sobre Almada...

**i) Estarão as considerações da Inês erradas? A quem o Direito atribui a personalidade jurídica? Em que é que consiste a personalidade jurídica? Quando a mesma é adquirida e quando cessa?**

**ii) Distinga entre a personalidade jurídica e a capacidade jurídica.**

**iv) Quais são as duas funções que, do ponto de vista de direito, desempenha a casa da Inês enquanto o património dela, situado na esfera jurídica dela?**

- i)** As considerações de Inês estão erradas. A personalidade jurídica, ao contrário do que Inês pensa, é adquirida, segundo o artigo 66, no momento do nascimento completo e com vida. Logo, a partir do momento é que ela nasceu, tem uma personalidade jurídica. O Direito atribui a personalidade jurídica, segundo o artigo 66, a todos os que nascem com vida, mas também a pessoas colectivas. A personalidade jurídica é a susceptibilidade de direitos e vinculações. É algo qualitativo. Ou se tem ou não se tem. A mesma cessa, segundo o artigo 68, com a morte.
- ii)** Há uma diferença entre personalidade jurídica e capacidade jurídica. A personalidade jurídica é a susceptibilidade de direito e vinculações que um indivíduo tem. É algo qualitativo, ou se tem ou não se tem. Já a capacidade jurídica é algo quantitativo, é a medida de direito e vinculações a que um indivíduo está susceptível. Esta capacidade jurídica divide-se em dois: capacidade de gozo (que é a medida de direitos e vinculações que sou susceptível de ser titular) e a capacidade de exercício (que é a medida de direitos e vinculações que sou susceptível de atuar pessoal e livremente). A capacidade de gozo é diferente da de exercício para algumas pessoas singulares (menores). Já para as pessoas colectivas, a capacidade de gozo é a mesma que a de exercício, pois estes direitos e vinculações foram especificamente criados para elas.
- iii)** A casa da Inês integra a sua esfera patrimonial. Assim sendo, desempenha duas funções. Desempenha uma função externa, como garantia dos créditos dos credores, e interna, como prova da subsistência da Inês.

Francisco, namorado da Inês, costumava acompanhá-la até a residência onde ela ficou a morar, após vender a sua casa em Almada, sempre que iam sair a noite. O caminho que apanhavam e que passava entre o Hospital de Santa Maria e o descampado do ISCTE era algo escuro e originava na Inês um sentimento inexplicável de perturbação e medo. Desta vez, a Inês caminhava mais a frente, enquanto o Francisco tinha recebido uma chamada e foi ficando para trás, abrandando o passo. Reparou, todavia, que mais a frente a Inês fora abordada por um homem, que a tinha empurrado e lhe tinha tirado a mala. O Francisco desatou a correr e depressa atingiu o homem, empurrando-o para cima de um carro estacionado na berma, que entretanto ficou amolgado.

Mas o conflito não passou daquilo, pois a polícia dessa vez interveio bastante depressa, estando parado um carro com dois agentes da PSP doutro lado da estrada. Patrulhas regulares naquele espaço tinham começado havia pouco mais de duas semanas...

i) Francisco argumentou, perante a polícia, ter recorrido à legítima defesa. Achem que ele tem razão? Qual é o meio de autotutela que deve ser aqui invocado pelo Francisco?

ii) Quem é que deve pagar o arranjo do carro?

iii) Qual seria a alternativa à autotutela e em que é que a mesma, na prática, consistiria?

Imagine agora que o Francisco, na confusão da noite, tinha confundido o assaltante com outra pessoa, que acabara por partir o braço ao ser atirada contra o carro estacionado na berma. A pessoa em causa exige que o Francisco seja julgado pelo seu comportamento ilícito e ainda o pagamento de uma indemnização.

iv) Comente as afirmações em causa.

- i) Não, aqui Francisco não tem razão. Não se trata de legítima defesa mas sim de acção directa. A diferença entre acção directa e legítima defesa é o momento de execução da autotutela. A acção directa é exercida depois de algo acontecer enquanto que a legítima defesa é antes. Aqui, ele agiu depois de ter sido roubada a mala, logo é acção directa. Isto vem descrito no artigo 336. Aqui, ele utilizou a autotutela, pois recorreu à força para realizar o próprio direito. Ele pode alegar e tem razão pois ele acreditou ser impossível recorrer em tempo útil aos meios coercivos normais, sem que houvesse danos maiores.
- ii) Quem deve pagar o arranjo do carro neste caso é o assaltante pois foi por causa dele que tal aconteceu. Ele tem responsabilidade civil por actos culposos ilícitos. No entanto, Francisco pode ser chamado a responder por responsabilidade civil extra contractual por factos lícitos.
- iii) A alternativa à autotutela seria a heterotutela e na prática, consistiria em recorrer aos meios coercivos normais para evitar a inutilização prática de um direito, neste caso a polícia.
- iv) Se tal fosse o caso poderia ocorrer. Francisco teria que responder perante tal agressão pois violou o direito de outrem. É o caso de responsabilidade civil por factos culposos ilícitos, e portanto, segundo o artigo 483, fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação. Para além de ter de pagar o eventual tratamento hospitalar (sanção compensatória), por não poder devolver o braço como estava, pode ainda ter de indemnizar o lesado, segundo o artigo 564 por causa do lucro cessante, o lucro que este último deixou de ter por causa da agressão. Ainda para mais, seria Francisco quem teria de responder e pagar o arranjo do carro. Ainda para mais, pode incorrer em vários tipos de sanções (punitivas (prisão), reconstitutórias, compensatórias)

As administrações de duas empresas produtoras de refrigerantes celebraram um acordo em que estabelecem as bases de um entendimento comum que, entre outros aspectos, lhes permitirá: (a) distribuir os respectivos produtos preferencialmente em determinadas zonas do país, (b) controlar os preços de venda dos refrigerantes gaseificados, e (c) estabelecer um preço mínimo comum para a aquisição de vasilhame.

Pronuncie-se sobre o acordo em causa e sobre as cláusulas enunciadas, nomeadamente sobre a respectiva legalidade e validade.

O acordo em causa é ilegal pois viola o que está disposto na lei 19/2012 de 8 de Maio. O facto de as empresas distribuírem os respectivos produtos preferencialmente em determinadas zonas do país é uma das práticas concertadas restritivas da concorrência. Esta cláusula viola o disposto no artigo 9, alínea b) Limitar ou controlar a produção, a distribuição, o desenvolvimento técnico ou os investimentos. Por outro lado, o facto de controlar os preços de venda dos refrigerantes gaseificados é outra prática restritiva da concorrência, como vem descrito no artigo 9 alínea a, pois está-se a fixar de forma directa o preço de venda de um produto. Finalmente, o facto de estabelecer um preço mínimo comum para a aquisição de vasilhame é outra prática proibida pela lei 19/2012 de 8 de Maio. Aqui, há um abuso de dependência económica. Isto é proibido pois afecta o funcionamento do mercado. Segundo o artigo 12, entende-se como abuso a adoção de comportamentos previstos no 9º a (fixação de preços) e é o que aqui acontece. E para melhor perceber isto, considera-se que uma empresa é dependente quando não dispõe de nenhuma alternativa equivalente, ou seja, neste caso, os clientes são aqueles 2. Assim sendo, todas as cláusulas são inválidas, vão ser declaradas nulas pela AC, não vão produzir efeitos e os intervenientes incorrem numa coima (direito de mera ordenação social) que pode ir até 10% do VV de cada empresa (artigo 69).

Francisco, conduzindo o seu Fiat Punto, acabou por embater num Maseratti num dos acessos à ponte 25 de Abril. Foi surpreendido ao descobrir que o mesmo era conduzido pelo Tobias Ferrucio – um estudante erasmus italiano, com quem tinha brigado ontem à saída da discoteca “Rural”. A reacção de Tobias não fez esperar, saindo o mesmo do carro e começando a chamar nomes ao Francisco, gesticulando para o efeito.

Francisco reagiu batendo no Tobias, ao que Tobias respondeu batendo no Duarte e ficando com as chaves do seu Punto, que posteriormente fora transportado para fora do local do acidente.

Tobias referiu que só iria devolver o carro ao Francisco depois de o mesmo pagar o arranjo do seu Maseratti.

- i) Poderá o Tobias alegar a legítima defesa? E o Francisco? Terá o Tobias o direito de ficar com o carro do Francisco?

Sim, aqui o Tobias pode alegar a legítima defesa pois afastou uma agressão actual. O que difere a legítima defesa da acção directa é o momento de execução da autotutela. Acção directa é posterior enquanto que a legítima defesa é no momento. O Francisco em momento algum pode alegar a legítima defesa pois não havia indícios que o Tobias o ia agredir. O Francisco tem uma responsabilidade civil por actos ilícitos culposos. Quanto ao facto de o Tobias ficar com o carro, isto é ilegal. Aqui, não pode haver direito de retenção. Não está previsto nos artigos 754 e 755 que regulam o direito de retenção.

Bernardo emprestou ao seu cunhado José uma quantia de 7.500€, tendo para este efeito emitido um recibo que assinou. Estava referido no recibo que o José pagaria um juro de 1%/ano pela quantia em causa.

Todavia, o José recusou a devolução da quantia em causa referindo que o empréstimo em causa não era válido, pelo que não haveria nenhuma obrigação a cumprir da sua parte.

Irritado, o Bernardo acabou por agredir o José, ao que o José reagiu batendo no Bernardo.

- i) Haverá a obrigação do Bernardo restituir a quantia em causa? Justifique
- ii) O recibo é omissivo quanto ao vencimento e pagamento de juros. Poderá o Bernardo, mesmo assim, recebê-los? Poderá o José invocar a acção directa? Justifique.
- iii) Haverá meios de autotutela previstos para o José reaver o seu dinheiro?

- i) Aqui, o José está obrigado a restituir a quantia em causa ao José. Segundo o artigo 1143, o mútuo acima de 2500€ e abaixo de 7500€ requer a assinatura do mutuário e aqui o Bernardo emitiu um recibo. Logo, está obrigado a cumprir com o seu contracto, segundo o artigo 406. Ainda para mais, apesar de não sabermos a taxa de juro legal, este não excede nem 3% nem 5% (garantia real ou não), pelo que não se pode falar de usura aqui. Assim sendo, José tem de restituir a quantia.
- ii) Se o recibo é omissivo quanto ao vencimento e pagamento de juros, o negócio considera-se na mesma oneroso à taxa prevista no CC. Aqui, o José não pode invocar a acção directa, pode sim invocar a legítima defesa pois decidiu afastar uma agressão actual, respondeu logo de seguida.
- iii) Não, aqui, não há nenhum meio de autotutela previsto para o José reaver o seu dinheiro. Tem que recorrer à heterotutela.

Afonso e Adelino constituíram uma empresa chamada Ceforauto, Lda, dedicada ao fabrico e comércio de tubos de escape. Todavia, a sua constituição envolveu investimentos elevados, tendo sido a casa do Adelino hipotecada para obter os empréstimos necessários na banca. Os empréstimos encontram-se registados em nome do Afonso e do Adelino.

- i) O Afonso acha que pode dormir descansado, uma vez que o património que fora hipotecado era o do Adelino. Comente. “Uma empresa possui a capacidade de exercício, mas não possui a capacidade de gozo, que é a característica intrínseca apenas aos seres humanos”. Comente

Não, o Afonso está errado, ele não pode dormir descansado pois os empréstimos estavam registados em nome de Afonso e Adelino. Logo, o património de Afonso também vai responder perante eventuais créditos. O património é uma garantia dos credores.

A afirmação é falsa. A capacidade de gozo é a medida de direitos e vinculações que alguém é susceptível de ser titular e a capacidade de exercício é a medida de direitos e vinculações que alguém pode actuar pessoal e livremente. Tendo as empresas personalidades jurídicas e tendo direitos criados para elas próprias, a capacidade de gozo é igual à de exercício.

Tiago pediu dinheiro emprestado ao António Gomes, um famoso empresário local que se dedicava à comercialização de tectos de *baseball*, natural da Sicília, um homem conhecido por ter um bom sentido de humor e um passado algo obscuro.

O empréstimo no montante de 35.000€ fora concedido no ano de 2011 pelo período de um ano. No contrato celebrado entre os dois e assinado pelos mesmos não se encontrava nenhuma cláusula relativa ao vencimento de juros, mas fora oralmente acordado a taxa ser igual a 25%/ ano. Quando o António contactou o Tiago na véspera do vencimento do mesmo, **o Tiago referiu que tinha os 35.000€ para lhe entregar, mas que não iria pagar juros, uma vez que os mesmos não estavam previstos no contrato.**

O António, não achando piada à situação, acabou por agredir violentamente Tiago. Na sequência da agressão o Tiago referiu que agora só iria proceder ao pagamento de 30.000€, uma vez que os tratamentos hospitalares ficaram-lhe nos 5.000€.

i) Terá o António o direito de exigir do Tiago o reembolso do empréstimo? E o pagamento de juros?

ii) Será o António considerado responsável pela agressão? Qual é o tipo de responsabilidade em causa?

iii) Terá o Tiago razão em ter deduzido os 5.000€ à quantia a devolver ao António?

- i) Desde que respeite o que está no artigo 1143, ou seja, desde que o contracto tenha sido celebrado por escritura pública ou por documento particular autenticado então é válido. Quanto ao pagamento de juros, se estiver omissa essa informação, então António deve a Tiago juros à taxa prevista no CC.
- ii) Sim, o António é considerado responsável pela agressão. Aqui, é uma responsabilidade civil por factos lícitos culposos (art 483). Assim sendo, ele pode ter de indemnizar o Tiago pelos danos materiais, morais e pelo lucro cessante.
- iii) Não, em algum momento Tiago pode deduzir os 5 000€ à quantia a devolver ao António. O António vai ter de o indemnizar pelos tratamentos hospitalares logo o Tiago não pode deduzir esse dinheiro na sua dívida. O contracto de mútuo não interfere aqui e ele continua devedor dos 35000. Não pode recorrer à autotutela mas sim à heterotutela.

Leia atentamente o excerto da norma legal contida no Código Civil e que se segue:

*Artigo 9.º - Interpretação da lei*

*1 – A interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstituir a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada.*

(...)

i) Qual é o tipo da norma em causa? Qual é a sua função num ordenamento jurídico?



- ii) Identifique, a partir da letra da lei, os diversos elementos que devemos ter em conta na interpretação das normas. Esclareça o seu alcance.
  - i) Esta norma é uma norma interpretativa que permite esclarecer o sentido e alcance de outros preceitos.
  - ii) Os diversos elementos que temos de ter em conta na interpretação das normas são:
    - Elemento literal: letra da lei, aquilo que está escrito
    - Elemento actualista: Ver se a lei ainda se aplica hoje em dia, actualizá-la
    - Elemento teleológico: Qual o fim da norma
    - Elemento Sistemático: lugares paralelos (leis análogas) e o contexto da lei
    - Elemento Histórico: Ocasio legis (situação social), jurisprudência, doutrina, trabalhos preparatórios.

Em Março de 2000, a SIC, a PT Multimédia e a TV Cabo celebraram um Acordo de Parceria, por um prazo de 10 anos, renovável, que atribui à SIC um direito de preferência no fornecimento de canais temáticos, produzidos em português e para Portugal, para o pacote básico da TV Cabo. O mesmo contrato prevê a atribuição ao Grupo PT Multimédia da comercialização exclusiva dos canais de acesso não condicionado produzidos pela SIC. A Autoridade da Concorrência condenou estas empresas por terem celebrado entre si um contrato que contém cláusulas restritivas da concorrência.

Comente esta condenação.

A condenação da Autoridade da Concorrência tem toda a razão de o ser. No entanto, há que diferenciar acordo e prática concertada. Um acordo é algo que está escrito enquanto que uma prática concertada é algo que as empresas combinam entre si, logo muito mais difícil de provar. No entanto, aqui, este acordo viola a lei 19/2012 pois falseia e restringe a concorrência. Este acordo viola o artigo 9 que na alínea 1 nos diz que são proibidos os acordos entre empresas que tenham por objecto ou efeito limitar ou falsear a concorrência e o funcionamento do mercado. Ora, aqui, é exactamente o que acontece. Aqui, é violada a alínea b pois as empresas acordam uma distribuição dos seus productos, limitando assim a distribuição. Assim sendo, estas empresas incorrem em sanções contra-ordenacionais, nomeadamente uma coima que segundo o artigo 68, remetendo para o 69, pode ir até 10% do VV de cada empresa.

A legalidade de uma operação de concentração de duas empresas que se dedicam à exportação de material de calçado é:

- A. Apreciada à luz da lei portuguesa que regula a concorrência;
- B. Apreciada à luz da legislação comunitária que regula a concorrência;
- C. Apreciada por ambas (lei portuguesa e legislação comunitária);
- D. Totalmente livre de restrições.

A resposta correcta é a C, pois como já vimos, a lei da concorrência é regulada por este diploma 19/2012, o Tratado da União Europeia e um Decreto-Lei avulso. Assim sendo, e como podemos ver no artigo 2 da lei 19/2012, sob reserva das obrigações internacionais do Estado Português, a presente lei é aplicável à promoção e defesa da concorrência. Isto faz todo o sentido, pois imaginemos que a VW compra a BMW. Isto trata-se de uma concentração importante não só a nível germânico, mas também a nível Europeu, pelo que a legislação comunitária também é fundamental. A lei da concorrência actua no mercado relevante para eles, ou seja o mercado comunitário.

Estão sujeitas a notificação prévia:

- A. Todas as operações de concentração de empresas;
- B. Apenas as operações de concentração que envolvam fusões;
- C. Apenas as operações de concentração que criem ou reforcem uma posição dominante em certo mercado;
- D. Todas as operações que criem ou reforcem uma posição dominante em certo mercado ou cujas empresas envolvidas apresentem certo volume de negócios

Aqui, a resposta correcta é a D. Para começar, temos que definir o que é uma concentração de empresas. Segundo o artigo 36, há concentração de empresas quando se verifique uma mudança duradoura de controlo sobre a totalidade ou parte de uma ou mais empresas, que pode resultar de: uma fusão (1 só personalidade jurídica), aquisição do capital social (2 personalidades jurídicas) ou então compra de activos (não há transmissão de personalidade jurídica). Depois, segundo o artigo 37, só é requerida notificação prévia à AC se com a concentração de empresas se reforce ou crie uma quota de mercado igual ou superior a 50%, entre 30 e 50% se pelo menos duas empresas na concentração realizam um volume de negócios de pelo menos 5M no ultimo exercício ou se pelo menos duas das envolvidas realizam conjuntamente um VN de 100M, sendo que duas pelo menos superior a 5M.

Aqui, é necessária a notificação prévia à AC, para que eles possam determinar ou não a validade da concentração.

A ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que tem como objecto social a exploração, em regime de concessão, do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil em Portugal, podendo ainda, acessoriamente, explorar actividades e realizar operações comerciais e financeiras com aquela relacionadas ou que sejam susceptíveis de facilitar ou favorecer a sua realização. A ANA propõe-se adquirir o controlo exclusivo da sociedade Portway – Handling de Portugal, S.A., que tem como objecto social a prestação de serviços na actividade de assistência em escala ao transporte aéreo nos aeroportos nacionais (“handling”), de Lisboa, Porto e Faro.

O negócio em questão está sujeito a algum condicionalismo?

Sim, o negócio em questão está sujeito a condicionalismos. Apesar de não ser a única a prestar serviços de handling, a Portway com certeza detém uma grande quota de mercado. Assim sendo, a ANA, ao adquirir esta empresa está a reforçar uma quota de mercado com certeza superior a 50%. Aqui, estamos claramente perante uma concentração de empresas (artigo 36). Aqui, requiere-se que a AC seja notificada previamente e avalie a concentração pois pese a Portway ser um monopólio, pode haver outras empresas interessadas em entrar no mercado e a compra da portway pela ANA pode limitar isto. Se não for notificada, então esta concentração é nula.

Como é do conhecimento geral, o mercado português de produtos energéticos, onde actua a empresa Galp Energia, detida em parte relevante, directa e indirectamente, pelo Estado português, está a sofrer grandes mudanças. Entre as alterações em curso, estão a venda pela Galp Energia à EDP dos seus activos na área do gás natural e a liberalização dos preços de alguns combustíveis.

A. A venda pela Galp Energia à EDP dos seus activos na área do gás natural está sujeita a apreciação pela Autoridade da Concorrência?

B. Que medidas poderão as autoridades adoptar se, em resultado da liberalização dos preços dos combustíveis, houver suspeitas de que as empresas distribuidoras de produtos petrolíferos estão a conjugar os respectivos comportamentos quanto à fixação dos respectivos preços?

A) Segundo o artigo 36, falamos de concentração de empresas quando há uma mudança duradoura do controlo de uma ou mais empresas, resultante de: uma fusão, aquisição de capital social ou de activos. Aqui, o que acontece é que há uma aquisição de activos (não há transmissão de personalidade jurídica). Como todos sabemos, a GALP detém uma parte relevante do mercado de gás natural. Logo, aqui, é requerida uma notificação prévia à AC para que esta possa avaliar a concentração. Segundo o artigo 37º1º, é necessária notificação prévia se em função da concentração se realize, crie ou adquira uma quota igual ou superior a 50% no mercado nacional de um determinado bem ou serviço. Ora, é exactamente o que acontece aqui. Se a AC não for notificada então podem haver sanções para as duas empresas.

B) Se houver suspeitas que as empresas distribuidoras de produtos petrolíferos estão a conjugar comportamentos quanto à fixação de preços, então fala-se de práticas concertadas, restritivas da concorrência. Se for o caso, as empresas estão a violar o disposto no artigo 9, alínea a, pois estão a fixar de forma indirecta os preços de venda dos seus produtos. Assim sendo, as empresas incorrem em sanções contra-ordenatórias (como previsto nos artigos 68/69) que pode ir até 10% do VV de cada empresa e podem igualmente incorrer em sanções acessórias (artigo 71), que visam tirar credibilidade à empresa e proibir que esta negocie com o Estado.

Como é do conhecimento geral, a TAP tem há algum tempo uma parceria com a Portugaláia, que se pretendia que evoluísse no sentido da fusão entre as duas empresas. Por outro lado, tendo em consideração a importância do mercado brasileiro para o conjunto das suas operações, a TAP decidiu participar directamente e numa posição de relevo no processo de recuperação da Varig. Não podendo adquirir uma participação maioritária no seu capital por força da lei brasileira, a TAP propôs-se, no entanto, assumir a responsabilidade da sua gestão.

Os negócios acima mencionados, se se concretizarem, estão sujeitos a apreciação pela Autoridade da Concorrência? Se tivesse a responsabilidade de os apreciar, como seria a sua decisão?

A fusão TAP Portugaláia está sujeita a avaliação da AC pois como vimos no artigo 36/37, aqui, há uma mudança duradoura sobre o controlo de duas empresas, e a TAP reforça uma quota igual ou superior a 50% no mercado nacional da aviação comercial. Se tivesse de apreciar este caso, não o iria permitir, pois apesar de a TAP já ser quase um monopólio, isto não quer dizer que não haja outra empresa interessada em entrar neste mercado. Quanto à aquisição da Varig pela TAP, penso que também está sujeita a apreciação pela Autoridade da Concorrência, pois é relevante para o mercado nacional da aviação comercial. Aqui, a Varig está num processo de insolvência. Não consegue honrar os seus compromissos. Esta insolvência tanto pode ser pedida pelo credor como pela própria empresa. No entanto, a empresa pode achar que ainda é viável e pode propor um PER ao tribunal e aos credores.

Dionísio, cansado de trabalhar e desiludido com o crescente desinteresse pela leitura, pretende desfazer-se da sua editora de livros. Acontece que a sociedade editorial, de que Dionísio é sócio e gerente, acumula diversas dívidas. João, seu amigo, e que já detém uma editora, está, porém, muito interessado nos activos de Dionísio. Qual será, no seu entender, a melhor forma para Dionísio ceder o seu negócio a João?

Dionísio tem duas formas de ceder o seu negócio a João. Pode antes de mais realizar um trespasse, que é a venda da unidade produtiva com os seus elementos corpóreos/incorpóreos. Isto quer dizer que o Dionísio vende para sempre o seu negócio/estabelecimento comercial (local + clientes + fornecedores + arrendamento + empregados).

Por outro lado, o Dionísio pode realizar uma cessão de exploração, em que cede temporariamente ou globalmente o seu negócio/estabelecimento, mediante um preço mensal. Aqui, a titularidade continua com o Dionísio.

Por outro lado, aqui também nos falam de dívidas. Levanta-se então o problema da responsabilidade perante as dívidas. Se J comprar o estabelecimento a D, então J fica com a titularidade mas o D não se livra da responsabilidade. Assim, se um Credor C for pedir o dinheiro a J e este não pagar, é D quem responde.

Um estabelecimento individual de responsabilidade limitada distingue-se de uma sociedade unipessoal por quotas porque:

- A.** Não tem personalidade jurídica;
- B.** Não tem natureza empresarial;
- C.** Não tem natureza comercial;
- D.** Não tem finalidade lucrativa.

A diferença entre o estabelecimento individual de responsabilidade limitada e uma sociedade unipessoal por quotas é que este primeiro não tem personalidade jurídica

enquanto que o outro tem. Quando se cria uma sociedade unipessoal por quotas, estamos a criar automaticamente uma nova personalidade jurídica. Outra diferença entre os dois é que o EIRL, em termos fiscais, paga IRS, enquanto que a SUQ paga IRC. Por outro lado, a diferença é que, apesar de perante as dívidas da EIRL e das SUQ não responder o património dos sócios, nas EIRL, a empresa é património do sócio, logo a sua empresa pode responder perante as suas dívidas.

O Governo está a preparar uma reforma global do sector empresarial das forças armadas. O sector em causa é composto por um conjunto heterogéneo de empresas, envolvendo empresas de armamento, munições, construção e reparação naval, aeronáutica, alimentação, laboratórios farmacêuticos, etc. Um dos objectivos da reforma é autonomizar as várias unidades empresariais, permitindo-lhes que actuem no mercado fornecendo bens e serviços, de acordo com a sua estratégia individual, sem esquecer o regular abastecimento das forças armadas e a prossecução dos seus fins de natureza pública. Se fosse assessor do Estado, que solução sugeriria para a organização jurídica das empresas em causa? Justifique.

Este caso remete-nos directamente para o Sector Empresarial do Estado. Assim sendo, neste sector empresarial do Estado, regulado pelo Regime do Sector Empresarial do Estado e Bases Gerais do Estatuto das Empresas Públicas do Estado, há que distinguir Empresas Públicas, nas quais o Estado detém a maioria do capital, as empresas participadas, nas quais o Estado detém uma participação e por fim as Entidades Públicas Empresarias. Estas últimas são bastante peculiares pois para além de prosseguirem o seu objectivo comercial, reservam-se sempre outros fins, nomeadamente a obtenção do fim público. Ora, é exactamente o que queremos neste caso. Aqui, uma EPE pois trata-se do sector empresarial do Estado, é constituída por capitais públicos, tem o seu objecto comercial que é acutar no mercado com a sua estratégia individual, mas sem nunca esquecer os seus fins públicos, nomeadamente o regular abastecimento das forças armadas.

O que distingue uma SGPS (sociedade gestora de participações sociais) de uma sociedade comercial que se encontre em relação de grupo é/são:

- A.** Os respectivos órgãos sociais;
- B.** A forma jurídica que têm de adoptar;
- C.** O respectivo objecto social;
- D.** O capital social.

O que distingue uma SGPS de uma sociedade comercial que se encontre em relação de grupo é o respectivo objecto social. Nas SGPS, o objecto social a gestão de participações comerciais, não pode exercer directamente uma actividade comercial enquanto que uma sociedade em relação de grupo pode. As SGPS só existem nas SA ou nas SQ e têm que ter o mesmo capital social requerido nas SA/SQ

A sociedade “Belmiro Investimentos, SGPS, S.A.”, pretende constituir uma sociedade anónima da qual seja a única titular das suas acções.

- A.** Poderá fazê-lo?
- B.** Poderá a Belmiro Investimentos dar ordens ao conselho de administração da nova sociedade?
- C.** Poderá a Belmiro Investimentos vir, algum dia, a responder por dívidas da nova sociedade?
- D.** Imagine agora que a mesma Belmiro Investimentos comprou 93% da sociedade “Comunicações, S.A.”. Poderá, de alguma forma, a Belmiro Investimentos comprar os

restantes 7% da Comunicações mesmo sabendo que os titulares dessas acções não estão interessados em vender?

- A) Sim, a “Belmiro Investimentos SGPS S.A” pode constituir uma SA da qual seja única titular das acções. Isto vem disposto no artigo 488 do CSC. É numa lógica de especialização empresarial que isto é feito.
- B) Segundo o artigo 491, aos grupos constituídos por domínio total aplicam-se as disposições dos artigos 501 a 504. Logo, no artigo 503, vemos que a sociedade directora tem o direito de dar à administração da subordinada instruções vinculantes, pelo que a Belmiro Investimentos pode dar ordens ao conselho de administração da nova sociedade. Tem lógica pois os únicos interesses a serem defendidos são os da empresa mãe.
- C) O artigo 491, novamente remete para o 501, no qual nos é dito que a sociedade directora é responsável pelas obrigações da subordinada, constituídas antes ou depois da celebração do contrato de subordinação. Logo, a Belmiro Investimento pode vir a responder por dívidas da nova sociedade, enquanto for detentora do capital desta última. Não benefício da responsabilidade limitada pois estou a confundir os interesses da Belmiro Investimentos com os da subordinada.
- D) Sim, mesmo não estando interessados em vender, os a BI SGPS pode comprar os restantes 7%. Isto vem estabelecido no artigo 490, no qual nos é dito que a sociedade dominante, quando detém pelo menos 90% do capital da subordinada, pode fazer uma oferta de aquisição das participações dos restantes sócios, mediante uma contrapartida em dinheiro ou nas suas próprias acções (mediante relatório de um ROC). Isto quer dizer que os outros sócios podem vender sem sequer quererem. Por outro lado, da mesma maneira que os sócios majoritários podem “expulsar” os minoritários, os minoritários podem exigir que lhes sejam compradas as suas participações para assim poderem sair da sociedade (490-5)

Ana, Bernardo e Carlos, jovens praticantes de desportos náuticos, pretendem promover a constituição de uma sociedade anónima destinada à oferta de bens e serviços relacionados com aqueles desportos. No projecto que delinearam, em face dos escassos recursos financeiros de que dispõem, pretendem associar a si algumas pessoas dispostas a financiá-los. Alguns destes financiadores fizeram depender a sua participação da intervenção de Ana, Bernardo e Carlos na gestão e nas actividades da sociedade.

**A.** Diga:

(i) quais os requisitos mínimos que Ana, Bernardo e Carlos deverão reunir para constituir a sociedade, e

(ii) quais os passos necessários a essa constituição.

**B.** Como poderão os promotores (Ana, Bernardo e Carlos) garantir aos investidores o cumprimento da condição por estes exigida para participarem no projecto?

- A) Para que a Ana, Bernardo e Carlos possam constituir a sociedade, têm de ter no mínimo 5 sócios, um contrato no qual conste o valor nominal e o numero de acções, o montante do capital realizado e os prazos de realização, a estrutura adoptada para a fiscalização e a administração, entradas em € ou em espécie e uma firma. Os passos necessários para a constituição da sociedade são: dar nome, plano de estatutos, entradas em €/espécie, reconhecimento com assinaturas da celebração do contracto, registo da sociedade e comunicação às autoridades laborais.
- B) Para garantir aos investidores o cumprimento da condição por estes exigida para participarem no projecto, segundo o artigo 391, os sócios/investidores podem

designar os administradores e ainda para mais, os 3 podem ter inscrito no contrato de sociedade a obrigação de realizar prestações acessórias.

No que concerne à responsabilidade dos sócios por dívidas sociais, distinga e caracterize o regime aplicável às sociedades em nome colectivo, por quotas e anónimas.

**Sociedades Anónimas:** Cada sócio tem a sua responsabilidade limitada ao valor das acções que subscreveu (art 271).

**Sociedades em Nome colectivo:** Aqui, cada sócio responde individualmente pela sua entrada e solidariamente pelas obrigações sociais em relação à sociedade. Igualmente, o seu património responde perante dívidas da sociedade (mas antes responde o da empresa) (art 175).

**Sociedades por Quotas:** Aqui, a responsabilidade dos sócios é limitada. Cada um responde individualmente pela sua entrada mas no entanto, se algum dos sócios não realizar a sua obrigação de entrada, então qqr sócio pode responder perante essa dívida. Podem ser obrigados a outras prestações quando a lei ou contrato obriga (artº 197). Só o património social responde para com os credores pelas dívidas da sociedade, salvo excepções.

João e Pedro pretendem constituir uma sociedade por quotas para explorar um restaurante. João pretende contribuir com as instalações do restaurante, um prédio na baixa lisboeta, e Pedro pretende contribuir com algum dinheiro e com o seu trabalho de cozinheiro.

**A.** Poderá o trabalho de Pedro constituir uma entrada para a sociedade?

**B.** A contribuição de João, o prédio, estará sujeita a algum formalismo especial?

- A) Segundo o artigo 202 do CSC, não são admitidas contribuições de indústria, pelo que o trabalho de Pedro não pode constituir uma entrada para a sociedade. Aqui, apenas entradas em dinheiro ou em espécie são permitidas.
- B) Sim, a contribuição em espécie está sujeita a formalismos. Antes de mais, esta entrada em espécie não pode ser diferida, tem de ser realizada a 100%, no momento da constituição da sociedade. Por outro lado, segundo o artigo 28, tratando-se de uma entrada em espécie, tem de ser avaliada por um ROC independente e por outro lado, segundo o artigo 7, tem de constar no contrato de sociedade esta entrada em espécie, com assinaturas de todos os sócios e confirmado por alguém dotado de fé pública.

Do contrato da sociedade «Clever Business – Consultores de Negócios, S.A.» constam as seguintes cláusulas:

#### **Artigo Quinto**

***Um.** A assembleia geral poderá deliberar que os accionistas realizem prestações acessórias de capital, em dinheiro, até ao montante máximo de duas vezes o valor do capital social, mediante deliberação tomada por maioria de dois terços dos votos correspondentes ao capital social.*

***Dois.** As prestações acessórias mencionadas no número anterior serão realizadas a título gratuito, salvo se diversamente deliberado por maioria de dois terços dos votos correspondentes ao capital social.*

#### **Artigo Décimo Segundo**

***Um.** A sociedade é gerida e representada por um conselho de administração composto por três membros.*

#### **Artigo Décimo Quinto**

***Um.** O conselho geral e de supervisão é composto por três membros.*

Sabendo que o conteúdo do contrato de sociedade «Clever Business, S.A.» (CB), para além das cláusulas acima transcritas, não diverge das soluções previstas nas regras dispositivas que integram o Código das Sociedades Comerciais, contendo apenas menções obrigatórias:

1. Pronuncie-se sobre a validade das cláusulas enunciadas e caso nem todas sejam válidas, explique o que sucede ao contrato e às cláusulas.

2. Pressupondo que o contrato é válido e que eventuais vicissitudes determinam a redução ou conversão das cláusulas, adaptando-as ao regime imperativo da lei, esclareça se a assembleia geral pode vir a reunir, proximamente, para deliberar sobre:

- a alteração da estrutura da administração e fiscalização da sociedade?

- a obrigatoriedade de realização de suprimentos, num montante máximo por acção correspondente a cinco vezes o respectivo valor nominal?

- 1) A primeira cláusula é válida. Segundo o artigo 287, o contrato de sociedade pode impor a todos ou a alguns accionistas a obrigação de efectuarem prestações para além da entrada, pelo que neste caso, estas prestações acessórias podem ser válidas. Igualmente, a segunda cláusula é válida. No artigo 287 apenas nos é dito que no contrato de sociedade têm de estar fixados os elementos essenciais desta obrigação e se as prestações são onerosas ou gratuitas. Neste caso são gratuitas, logo não há entrave quanto a esta cláusula. A terceira cláusula também é válida. Nas sociedades anónimas podemos ter 3 tipos de modelos de organização. Modelo Clássico (AG → CA (admin único), Conselho Fiscal (3 membros, fisc único) ou CF + ROC (Complexo), modelo Angló saxónico (AG → CA (4 ou 5 min) → Admin exec (1 ou 2 min), Comissão Auditoria (3 min) mais um ROC (responde perante CA). Por fim, há o modelo germânico (AG → CA (ou admin único) , CGS (+ 1 que CA), ROC). Neste caso, apenas sabemos que é uma SA, logo tem de adoptar uma destas três formas. Ainda para mais, o CA é que gere e representa a sociedade e pode ser composto por 3 membros, logo esta cláusula é válida. No entanto, a última cláusula não é válida. Se nos falam de CGS, estamos no modelo germânico e este exige que o CGS tenha sempre mais um membro que o Conselho de Administração, logo o CGS devia ter 4 membros no mínimo.
- 2) No primeiro caso, a AG pode deliberar, a qualquer momento sobre alterações pontuais no contrato da sociedade, pelo que a estrutura da administração e fiscalização da sociedade pode ser alterada pela AG. Quando à obrigatoriedade de realização de suprimentos numa Sociedade Anónima, tudo depende se as acções são nominativas ou não. Se eles forem realizadas ao portador e se souber quem ele é então não há nenhum entrave a pedir suprimentos obrigatórios. Se não forem nominativas, então nada se pode fazer. Segundo o artigo 244-2 (apesar de estar na secção que regula as Sociedades por Quotas, pode aplicar-se, por analogia, às SA), a referida obrigação pode também ser constituída por deliberação dos sócios votada por aqueles que a assumam.

Entre Aníbal, Bernardo e Carlota constituiu-se uma sociedade por quotas [«Os Amigos da Vinha e da Uva - Sociedade Agrícola, Lda» (AVU, Lda)], tendo por objeto o exercício associado da atividade agrícola dos sócios – sendo gerentes os homens – e um capital social de € 9.000,00 (nove mil euros), dividido em três quotas iguais.

Após a constituição, Bernardo emprestou à sociedade € 15.000,00 (quinze mil euros), para financiar o início da respetiva atividade.



1. Explique se a empresa subjacente à sociedade constituída é comercial e refira se a sociedade **AVV, Lda.** é comerciante.
2. Considerando que o contrato de sociedade é omissivo sobre matérias supletivas, explique, nos termos da lei vigente:
  - a) O empréstimo de **Bernardo**, qualificando-o, e quais as especialidades do respetivo regime.
  - b) Quem obriga a sociedade;
  - c) Se pode ser tomada uma deliberação de aumento do capital social, em que o capital subscrito por **Aníbal** é representado por ações do BPB – Banco of Portuguese Business, S.A., as quais pertencem a **Aníbal**. Refira que atos têm de ser praticados e como é que o aumento em causa, uma vez aprovado, é executado.

- 1) Sim, a empresa subjacente à sociedade constituída é comercial pois tem como factor predominante o factor capital, do risco. Art 230 CC.
- 2) A) O empréstimo de **Bernardo** à sociedade é um suprimento. Trata-se de um empréstimo do sócio à empresa., ficando a empresa obrigado a devolver essa mesma quantia. Este suprimento pode ser oneroso ou não conforme venha estipulado no contrato de suprimento e tem de ter um carácter de permanência (1 ano e 1 dia) → art 243 CSC.

B) A sociedade obriga os 3 sócios a diversas coisas: todos têm, segundo o artigo 202 a uma entrada, quer seja em dinheiro ou em espécie. Se for em dinheiro, a entrada pode ser diferida até um ano enquanto que se for em espécie não. Se algum dos sócios não realizar a sua entrada, os outros podem ser obrigados a realizá-la. Para além desta obrigação de entrada, os sócios podem estar obrigados a prestações acessórias de entrada ou suplementares (art 209/210 respectivamente).

C) Sim, pode ser deliberado um aumento do capital social, desde que seja aprovado por 75% dos sócios. No entanto, o facto de **Aníbal** fazer a sua entrada em espécie obriga a que a sua entrada seja avaliada por um ROC independente.

**Dália (D)**, **Eduarda (E)** e **Felícia (F)** constituíram, entre si, uma sociedade anónima, tendo por objeto a atividade de conserva de atum. A sociedade foi dotada de um capital social de € 150.000,00 dividido em ações com o valor nominal de € 1,00, que pertenciam por igual aos sócios.

Os acionistas, no momento de constituição da sociedade, ficaram a dever parte das suas entradas, dispondo-se a pagar os € 75.000,00 remanescentes, no prazo de um ano.

Por outro lado, **Eduarda**, engenheira pós-graduada em qualidade alimentar, ficou obrigada, nos termos do contrato de sociedade, a realizar, mensalmente, estudos de controlo de qualidade alimentar.

Admitindo que o contrato de sociedade, para além das menções obrigatórias, apenas referencia as matérias acima indicadas:

1. Qualifique as obrigações dos acionistas e pronuncie-se sobre as consequências decorrentes do respetivo (eventual) incumprimento.
2. Suponha ainda que a sociedade pretende exigir de **Felícia** a realização de suprimentos.
  - a) Pode fazê-lo? Quais os pressupostos da exigibilidade de suprimentos?

b) Caso **Felícia** se recuse a realizar os suprimentos, pode a mesma ser excluída da sociedade?

- 1) Os accionistas desta sociedade estão obrigados desde logo a realizar as suas entradas. Têm até 5 anos para as realizar mas se não as realizarem, os outros sócios não respondem perante isso e os que não cumpriram correm o risco de ser excluídos da sociedade (art 285). Por outro lado, os accionistas também estão obrigados a eventuais prestações acessórias

(artigo 287), neste caso, Eduarda tem a obrigatoriedade de realizar a sua prestação acessória. Esta última tem de estar fixada no contrato de sociedade.

- 2) A) Não, a sociedade não pode exigir de Felícia a realização de suprimentos, se tal não está previsto nos estatutos das prestações acessórias. No entanto, o que pode acontecer é em Assembleia geral deliberar-se que têm de ser realizados suprimentos (basta 2/3 dos votos) e aí Felícia está obrigada a realizar suprimentos. Os pressupostos da exigibilidade de suprimentos é que este seja em dinheiro, com carácter de permanência (1 ano e 1 dia) e só pode ser reembolsado quando a situação líquida da empresa o permitir.
- B) Se ela se recusar a realizar os suprimentos, não pode ser excluída da sociedade, pois o não cumprimento de prestações acessórias não leva à exclusão dos sócios.

**Alfredo**, proprietário de uma perfumaria, é desafiado pelo seu cunhado **Dionísio** para investir num terreno situado na margem sul, junto de localidade que julgam vir ser ligada a Lisboa por uma nova ponte sobre o Tejo. Para o efeito contraem uma dívida junto do **BCI** - Banco de Comércio Intercontinental, S.A..

1. Sabendo que **Alfredo** e **Dionísio** não conseguem ceder a sua posição, nem revender o terreno, porque o governo desistiu de construir a ponte, refira a quem poderá o Banco exigir o cumprimento do empréstimo.

2. Qualifique juridicamente, justificando, a natureza da instituição credora de **Alfredo**.

3. Dado que **Alfredo** e **Dionísio** ainda não celebraram a escritura de compra e venda do imóvel, tendo-se limitado a pagar na altura da promessa a quantia de € 500.000,00 cada um – correspondente a metade do preço acordado –, eles pretendem saber se podem constituir uma sociedade por quotas realizando as respetivas entradas com essa promessa. Em caso afirmativo, o que deverão fazer para o efeito?

4. **Alfredo** pretende ser designado administrador único da sociedade a constituir. *Quid juris?*

- 1) O banco pode exigir o cumprimento do empréstimo àqueles que o contraíram, ao Alfredo e ao Dionísio. Mas, se a perfumaria de Alfredo for um EIRL, então este é património de Alfredo e pode também ser afectado.
- 2) O BCI SA é uma sociedade anónima, pelo que cada sócio limita a sua responsabilidade ao valor das acções que subscreveu. As grandes linhas desta SA é que as entradas podem ser realizadas até 5 anos (os restantes 70% diferidos), tem que ter no mínimo 5 sócios, a sua firma tem que ter SA no fim. Neste caso a firma é uma firma denominação pois diz nos qual a actividade (Banco). O capital social, para os bancos e seguradoras, ao contrário das outras actividades, têm de ser no mínimo de 17,5M de €.
- 3) Sim, as sociedades por quotas, segundo o artigo 202, podem ser constituídas com entradas em espécie. No entanto, estas aqui têm uma particularidade. Têm de ser avaliadas por um ROC independente e só depois é que podem integrar o capital social da empresa. Assim sendo, como já não vai ser constituída nenhuma ponte sobre o Tejo naquele local, aquele terreno não pode constar no Capital Social como valendo 500 000€, vai ser reavaliado.
- 4) A consideração está errada pois nas sociedades por quotas, o órgão de gestão é a gerência e aqueles que são considerados administradores

nas SA são considerados gestores aqui. Quanto ao facto de ele ser gestor único isso pode perfeitamente acontecer.

Do contrato da sociedade “**Agência de Arte – Comercialização de Pintura e Escultura, Lda**”, constam as seguintes cláusulas:

**4ª**

*Por deliberação de dois terços dos votos poderá a sociedade exigir aos respetivos sócios prestações suplementares até ao montante de € 500.000,00.*

**6ª**

*A sociedade é gerida e representada por um Conselho de Administração composto por três membros.*

**7ª**

*A administração poderá deliberar aumentar o capital social por entradas em dinheiro até ao montante global de € 1.000.000,00, desde que o faça até ao final de 2012 e respeite o direito (legal) de preferência dos sócios.*

**9ª**

*A sociedade designará, anualmente, um fiscal único que terá por finalidade proceder à verificação das respetivas contas.*

**1.** Pronuncie-se sobre a validade das cláusulas enunciadas.

**2.** Sabendo que a sociedade tem cinco sócios, com idêntica participação no capital, poderá a assembleia geral deliberar a realização de prestações suplementares de capital no montante global de € 1.000.000,00, correspondendo € 200.000,00 a cada um?

**3.** Caso a assembleia geral não delibere, por falta de *quorum*, a realização de prestações suplementares, poderá algum dos sócios emprestar, voluntariamente, dinheiro à sociedade? Em caso afirmativo, sob que forma? Especifique os traços gerais aplicáveis a esse hipotético empréstimo.

**4.** Quatro sócios estão de acordo em deliberar alterar o contrato de sociedade, introduzindo-lhe a seguinte cláusula: «*Por deliberação tomada pelos votos correspondentes a  $\frac{3}{4}$  do capital social, poderá ser exigida a cada sócio, a título de prestações acessórias de capital, a quantia máxima de € 250.000,00*». *Quid juris?*

- 1) A primeira cláusula é válida, pois segundo o artigo 210 do CSC, se o contrato da sociedade assim o permitir, os sócios podem deliberar que lhes sejam pedidas prestações suplementares, que têm sempre por objecto dinheiro. Neste contracto, tem de estar fixado o montante global das prestações suplementares, os sócios que ficam obrigados a estas últimas e o critério de repartição das prestações. A grande vantagem em relação aos aumentos da capital deliberados em AG é que nesta última podem não estar de acordo enquanto que se isto já estiver estipulado no contrato da sociedade, então se não realizarem as prestações suplementares podem ser excluídos da sociedade.
- 2) Sim, a Assembleia Geral pode deliberar a realização de PS de capital. (artigo 210)
- 3) Sim, se por falta de quórum (art 383) não se deliberam a realização de prestações suplementares, os sócios podem sempre realizar suprimentos, que são empréstimos dos sócios à sociedade (art 243). Os seus grandes traços são: carácter de permanência (1 ano e 1 dia), podem ser onerosos ou não e a sociedade só tem de reembolsar este valor ao sócio quando a sua situação líquida assim o permitir.
- 4) Apesar de os sócios terem deliberado isto nem todos estão sujeitos a esta decisão. Um sócio que não tenha votado nisto não pode estar sujeito a tal. Originalmente isto não estava previsto logo eu só poderia ser obrigado a realizar tais prestações se tivesse votado a favor desta alteração de estatutos.

**Benvindo**, sócio de uma sociedade por quotas, que teve dificuldades de tesouraria, emprestou à mesma € 20.000 euros.

a) Como qualifica este empréstimo?

b) Não tendo sido marcado prazo para a restituição dessa quantia pela sociedade, tem

**Benvindo** direito a obter a restituição passado um mês?

- a) Este empréstimo pode ser qualificado como um suprimento (artigo 243). Tem de ter um carácter de permanência (1 ano e 1 dia) pode ou não ser oneroso e só tem de ser reembolsado quando a situação líquida da empresa o permitir.
- b) Não, Benvindo tem de esperar pelo menos 1 ano e 1 dia, se não, não é considerado um suprimento e estaria sujeito às regras de um mútuo normal, regulado pelo artigo 1143 do Código Civil.